

**Despacho n.º 9682/2014**

Considerando que a Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CRE SAP) realizou procedimento concursal para o cargo de Diretor-Geral do Território, em obediência às regras de recrutamento, seleção e provimento dos cargos de direção superior da Administração Pública, constantes dos artigos 18.º e 19.º do estatuto do pessoal dirigente dos serviços e órgãos da administração central, regional e local do Estado, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro e alterada pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto;

Considerando que, em função dos resultados obtidos no âmbito deste procedimento concursal, nos termos previstos no n.º 6 do artigo 19.º do estatuto do pessoal dirigente dos serviços e órgãos da administração central, regional e local do Estado, o júri do mencionado concurso apresentou proposta fundamentada indicando três candidatos, entre os quais o licenciado Rui Manuel Amaro Alves;

Ao abrigo do disposto nos números 8, 10 e 11 do artigo 19.º do referido estatuto do pessoal dirigente dos serviços e órgãos da administração central, regional e local do Estado, bem como na alínea c) do artigo 4.º e no n.º 4 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 17/2014, de 4 de fevereiro, e no n.º 1 do artigo 3.º, do Decreto Regulamentar n.º 30/2012, de 13 de março:

1 — Designo o licenciado Rui Manuel Amaro Alves para, em comissão de serviço e pelo período de cinco anos, exercer o cargo de Diretor-Geral do Território, a que se refere o n.º 1 do artigo 3.º do Decreto Regulamentar n.º 30/2012, de 13 de março.

2 — Para efeitos do disposto no n.º 11 do artigo 19.º da referida Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho.

3 — O presente despacho produz efeitos desde 23 de junho de 2014, ficando expressamente ratificados, ao abrigo do disposto no artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, os atos praticados pelo delegatário a partir dessa data, no uso das competências delegadas.

1 de julho de 2014. — O Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, *Jorge Manuel Lopes Moreira da Silva*.

**Nota Curricular**

Rui Manuel Amaro Alves, nascido em 20.04.1964, tem desenvolvido, desde 1990, atividades na área do planeamento regional e urbano, centradas nas políticas de urbanismo, planeamento e ordenamento do território, rede urbana e acessibilidades, sistemas de informação geográfica, urbanismo sustentável, mobilidade e transportes sustentáveis e interdependências entre usos do solo e transportes.

Desde abril de 2012, exerceu as funções de Subdiretor-Geral do Território; entre janeiro e abril de 2012, exerceu as funções de subdiretor-geral do Instituto Geográfico Português, em regime de substituição; entre fevereiro de 2001 (como nomeação definitiva em 2003) e janeiro de 2012, exerceu as funções de professor adjunto do Departamento de Engenharia Civil da Escola Superior de Tecnologia de Castelo Branco, na Área Científica de Planeamento e Transportes; entre março de 1997 e fevereiro de 2001, foi assistente do Departamento de Engenharia Civil da Escola Superior de Tecnologia de Castelo Branco; entre outubro de 1996 e março de 1997, desempenhou as funções de técnico superior na Câmara Municipal de Lisboa (Direção de Reabilitação Urbana); entre outubro de 1995 e setembro de 1996, foi colaborador/Investigador do Centro Nacional de Informação Geográfica; entre janeiro de 1994 e outubro de 1995, foi assessor do Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, do X Governo Constitucional; de setembro de 1990 a março de 1994, foi técnico superior da ENDEME Consultores de Engenharia e Gestão, S.A..

Exerceu, ainda, os cargos de coordenador da Unidade Técnica e Científica de Engenharia Civil da Escola Superior de Tecnologia de Castelo Branco, de julho de 2011 a janeiro de 2012; presidente do Conselho Científico da Escola Superior de Tecnologia de Castelo Branco, de julho de 2002 a junho de 2004 e de julho de 2004 a julho de 2006; investigador do Centro de Sistemas Urbanos e Regionais do Instituto Superior Técnico, entre julho de 1995 e outubro de 2001. Como consultor, é autor de diversos estudos e pareceres de ordenamento do território e de desenvolvimento urbano, e de planos urbanísticos, elaborados para entidades nacionais, e foi especialista convidado do Grupo de Trabalho para a Revisão da Lei de Finanças das Regiões Autónomas e da Lei das Finanças Locais no âmbito da Resolução n.º 8/2012, da Presidência do Conselho de Ministros, de 13 de fevereiro de 2012.

É licenciado em Geografia e Planeamento Regional pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (1990), mestre em Planeamento Regional e Urbano, pelo Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa (1994) e doutor

em Planeamento Regional e Urbano pelo Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa (2001).

É autor de diversos trabalhos científicos e técnicos publicados, nas áreas acima referidas.

207976082

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO MAR****Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo****Despacho n.º 9683/2014**

Nos termos do n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, conjugado com o Despacho n.º 9181/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 135 de 16 de julho de 2014, que altera a estrutura flexível da Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo estatuída pelo Despacho n.º 14786/2012, de 31 de outubro, criando a Divisão de Planeamento e Gestão de Recursos Humanos, designo, para o cargo de direção intermédia de 2.º grau, em regime de substituição, como Chefe de Divisão de Planeamento e Gestão de Recursos Humanos, a licenciada Maria Carolina Paixão Varela Ribeiro.

A presente nomeação, fundamentada na reconhecida aptidão da visada, tem ainda como suporte o respetivo currículo.

O presente despacho produz efeitos a partir do dia 25 de junho de 2014.

17 de julho de 2014. — A Diretora Regional, *Elizete Jardim*.

## ANEXO

**Nota curricular**

Maria Carolina Paixão Varela Ribeiro

Data de nascimento: 4 de dezembro de 1966

Formação Académica: Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa

Formação Complementar: Estágio de Advocacia, 1991-1993, Ordem dos Advogados, Lisboa

Experiência Profissional:

Desde novembro de 2012 — Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos, em regime de substituição, com responsabilidades na área da competência da Divisão de Gestão de Recursos Humanos

De março de 2010 a outubro de 2012 — Técnica Superior na Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo, desempenhando funções no Núcleo de Recursos Humanos, junto da Direção de Serviços de Apoio e Gestão de Recursos

De março de 2007 a março de 2010 — Diretora de Serviços do Gabinete Jurídico da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas, com responsabilidade na área de apoio jurídico à Secretaria-Geral, gabinetes ministeriais e Ministério

De abril de 2001 a março de 2007 — Chefe da Divisão do Gabinete Jurídico da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas, com responsabilidade na área de apoio jurídico à Secretaria-Geral, gabinetes ministeriais e Ministério

De outubro de 1996 a abril de 2001 — Coordenadora do Núcleo de Apoio Jurídico da Direção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste, tendo procedido à estruturação e organização do Núcleo de Apoio Jurídico conforme disposto na Lei Orgânica da Direção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste

De abril de 1996 a outubro de 1996 — Técnica Superior Jurista na Direção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste, com atividades destacadas a nível da instrução de processos de averiguações no âmbito de acidentes de viação, análise de recursos de processos de concursos de pessoal e elaboração de informações e pareceres jurídicos no âmbito das competências da DRARO

De 1995 a abril de 1996 — Técnica Superior na Direção-Geral da Administração Pública, no Departamento de Planeamento e Auditoria de Recursos Humanos

De dezembro de 1993 a 1995 — Técnica Superior Estagiária na Direção-Geral da Administração Pública, no Departamento de Planeamento e Auditoria de Recursos Humanos

De 1993 a 1996 — Advogada com escritório de advocacia em Vila Franca de Xira

De 1991 a 1993 — Advogada estagiária pela Ordem dos Advogados de Lisboa